



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Bridi, Maria Aparecida; Braga, Ruy; Santana, Marco Aurélio
Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 6, núm. 12, 2018, -, pp. 42-64
Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.244>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765252003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas

Maria Aparecida Bridi*

Ruy Braga**

Marco Aurélio Santana***

RESUMO

O presente artigo busca traçar o panorama sobre as principais discussões e temáticas de investigação do trabalho e da classe trabalhadora no cenário brasileiro das últimas três décadas, organizando-o em três partes. Na primeira, delineamos o debate em torno da crise do trabalho, as transformações no trabalho e suas configurações, bem como o debate sobre o sindicalismo e as implicações para esse campo de investigação. Na segunda parte, destacamos os novos temas abordados pelo campo e algumas de suas temáticas centrais no período recente. Na última parte, salientamos, como um de seus desafios, a necessidade da agenda da Sociologia do Trabalho brasileira aproximar-se da internacional no tocante à relação entre a crise da globalização, o recrudescimento da precariedade do trabalho em escala nacional e internacional e o impacto sobre o movimento dos trabalhadores, em especial, seus setores mais jovens.

Palavras-chave: Sociologia do Trabalho; Trabalho; Trabalhadores.

* Doutora em Sociologia, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e professora do Departamento de Sociologia. Foi da diretoria executiva da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho e é atual membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Sociologia. É autora de livros, capítulos de livro, artigos em periódicos com foco na Sociologia do Trabalho e Sociologia.

** Professor e chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, onde coordenou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP). É autor de, entre outros livros, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (São Paulo: Boitempo, 2012) e *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (São Paulo: Boitempo, 2017).

*** Professor associado do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), gestão 2015-2017. É coordenador do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ). Autor, entre outros, de *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Unirio) e *Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: 7 Letras).

ABSTRACT

SOCIOLOGY OF WORK IN BRAZIL: THEORIES, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

This article seeks to outline the main discussions and themes on labor and working-class research in the Brazilian scenario of the last three decades in Brazil, organizing it in three parts. In the first part, we outline the debate around the crisis of labor, the changes in work and its configurations, as well as the debate on unionism and the implications for this field of research. In the second part, we highlight the new themes addressed by the field and some of its central themes in the recent period. In the last part, we highlight the need for the Brazilian Labor Sociology agenda to be closer to the international debate regarding the relationship between the crisis of globalization, the increase in terms of the precariousness of work on a national and international scale, and the impact on the movement of workers, especially their younger sectors.

Keywords: Sociology of Work; Job; Workers.

Introdução

A Sociologia do Trabalho e o seu objeto de estudo se configuraram, historicamente, muito vinculados às realidades sociais, políticas e econômicas de cada país¹. No caso Brasil, a Sociologia do Trabalho se deparou com as peculiaridades de uma nação que teve mão de obra escrava até fins do século XIX, de uma economia dependente, de industrialização tardia e de uma frágil estruturação do mercado de trabalho.

No contexto da profissionalização de sua prática, a Sociologia do Trabalho, praticada na década de 1960, ocupou-se principalmente em compreender a formação de uma “nova” classe operária surgida no contexto da urbanização, industrialização e modernização acelerada da sociedade brasileira. Na virada dos anos 1970/1980, contava, para tanto, com uma literatura sociológica que tinha como horizonte analisar as dinâmicas de vida e trabalho da classe trabalhadora, os problemas da marginalidade

1 No âmbito da América Latina, por exemplo, distinguindo-se da tradição da Sociologia Industrial americana e da francesa, em seu início, esteve muito próxima da Sociologia do Desenvolvimento, dada a sua condição no contexto internacional. Os caminhos teórico-metodológicos das investigações, pautados na mudança social, tinham entre seus eixos o problema da dependência e do subdesenvolvimento, da situação do trabalho e dos paradoxos decorrentes dos processos de industrialização truncada, da modernização selvagem e da flexibilidade perversa, conforme Abramo e Monteiro (1995).

e da questão social, as lutas operárias na esteira do regime militar que imperava no país.

A partir dos anos 1980/1990, no cenário da globalização neoliberal, os esforços interpretativos e desafios metodológicos, em certa medida, se orientaram em distinguir, ainda que de forma articulada e percebendo seus imbricamentos, os fenômenos globais e resultantes das dinâmicas gerais do capitalismo daquilo que seria específico e particular da sociedade brasileira.

As teses que buscavam explicar a transição na economia, as transformações na produção, no trabalho e nas formas de organização coletiva foram então marcadas pelas teorias do “pós-industrialismo”, do “pós-fordismo”. Tais teses, que, grosso modo, negavam a centralidade do trabalho e a própria teoria do valor-trabalho e propunham sua suposta substituição pelo conhecimento, pela emergência do trabalho imaterial e das novas tecnologias, impactaram o campo de investigação.

Um breve balanço das pesquisas sobre o trabalho, desde então, mostra que se intensificaram os estudos sobre os processos de produção advindos da revolução tecnológica e das inovações organizacionais; das configurações e reconfigurações do trabalho e das organizações dos trabalhadores no mundo globalizado; da regulação do trabalho e das formas flexíveis de contratação; do sentido do trabalho e das crises que repercutem diretamente sobre a classe trabalhadora, das alterações no mercado de trabalho, das estruturas dos empregos em dimensões globais, nacionais e/ou regionais.

Os esforços dos pesquisadores brasileiros da Sociologia do Trabalho se concentraram em compreender as mudanças no capitalismo e as formas de exploração do trabalho que ganharam novos contornos e dimensões, em compreender e analisar as configurações do trabalho, do mercado de trabalho e as formas de organização coletiva face à chamada reestruturação produtiva que visava adaptar ainda mais o Brasil aos novos regimes de acumulação.

Como uma disciplina atenta ao seu tempo e às particularidades históricas de cada contexto, os objetos da Sociologia do Trabalho foram ganhando novos contornos, emergiram novos temas e ênfases de acordo com as correntes teóricas às quais se filiam seus investigadores. Como as demais Sociologias, portanto, os estudos desse campo de pesquisa também são marcados pelo dissenso, pelas contradições e divergências.

A proposta do presente artigo consiste em traçar o panorama sobre as principais discussões e temáticas de investigação do trabalho e da classe trabalhadora no cenário brasileiro das últimas três décadas, organizando-o em três partes. Na primeira, delineamos o debate em torno da crise do trabalho, das transformações no trabalho e suas configurações, bem como o debate sobre o sindicalismo e possíveis implicações para esse campo de investigação.

Na segunda parte do artigo, destacamos os novos temas abordados pela Sociologia do Trabalho e algumas de suas temáticas centrais no período recente. Além dos estudos sobre as diferentes categorias de trabalhadores de setores clássicos da economia, envolvendo indústria e serviços, por exemplo, e suas reconfigurações, cresceram, nesse bojo, as pesquisas sobre as “novas” ocupações, tais como aquelas oriundas do segmento das novas tecnologias, caso dos trabalhadores informacionais, digitais; sobre o trabalho em suas interseccionalidades, como os estudos sobre trabalho e gênero, trabalho e qualificação profissional, trabalho e desigualdade, trabalho e desenvolvimento, entre outros; assim como cresceram também os estudos sobre o trabalho flexível e as formas flexíveis de contratação, a informalidade.

Trata-se, portanto, de um conjunto de estudos marcado pelos esforços dos pesquisadores em explicar as transições em curso, as mudanças no trabalho e as consequências para os trabalhadores e seus sindicatos, refletidas evidentemente pelas crises econômicas e pelas opções políticas e de modelo de Estado.

Finalmente, na terceira parte, salientamos, como um de seus desafios, a necessidade da agenda da Sociologia do Trabalho brasileira aproximar-se da internacional no tocante à relação entre a crise da globalização, o recrudescimento da precariedade do trabalho em escala nacional e internacional e o impacto sobre o movimento dos trabalhadores, em especial, seus setores mais jovens.

Em grande medida, a Sociologia do Trabalho internacional tem destacado a relação entre a financeirização da economia, o avanço das políticas neoliberais, a intensificação das lutas sociais e a desestruturação dos sistemas nacionais de proteção do trabalho. Trata-se de uma ênfase cada vez mais afinada à realidade brasileira contemporânea, devendo, portanto, atrair cada dia mais a atenção dos sociólogos do país.

Evidentemente, apesar de nossos esforços, apenas delineamos a diversidade das temáticas tratadas pelos pesquisadores do campo da Sociologia do Trabalho no Brasil, destacando alguns eixos gerais sobre os quais vêm se debruçando.

O debate sobre a crise e o fim do trabalho

A partir dos anos 1980, as profundas transformações econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e culturais impactaram o mundo do trabalho provocando mudanças nos sistemas produtivos e nas configurações do trabalho. As leituras e interpretações sobre tais mudanças foram divergentes e antagônicas, emergindo, desse contexto, as teses de crise terminal do trabalho e das organizações dos trabalhadores (BRIDI, 2009). A partir de análises e perspectivas distintas, Gorz (1982), Offe (1986), Habermas (1987), Touraine (1998), entre outros, colocaram a centralidade do trabalho em xeque, questionando seu papel na criação de valor, de identidade e também como categoria chave explicativa da realidade social². Este conjunto de visões refletiu com intensidade no debate acadêmico brasileiro.

Na literatura sobre o tema no Brasil, ainda que por meio de diferentes posições analíticas, autores como Ianni (1994), Antunes (1999) e Leite (2003), apenas para citar alguns, rebateram as teses do fim da centralidade do trabalho. Na mesma direção, inúmeras pesquisas empíricas realizadas contribuíram para reafirmar a centralidade do trabalho, da teoria do valor trabalho e afirmar os limites das teses da “sociedade pós-industrial”, da “sociedade da informação”, e/ou da prevalência do trabalho imaterial (BRAGA, 2009; AMORIM, 2009; BRIDI; BRAUNERT, 2017).

Embora as teses em torno do pós-industrialismo tenham colocado em xeque o próprio “trabalho”, observamos que esse debate contribuiu para o avanço da própria Sociologia do Trabalho. Nesse sentido, não só instigou novas investigações empíricas como suscitou o aprofundamento sobre a categoria “trabalho”, a necessidade de distinção entre as noções de trabalho e emprego, a necessidade de analisar as mudanças, mas também as permanências do “mundo do trabalho”. Na esteira desses estudos, a Sociologia do Trabalho ampliou o escopo de observação para além dos setores econômicos clássicos do trabalho urbano-industrial, se direcionando também para outras formas de trabalho e emprego.

2 Entre os autores que cunharam a tese de que transitamos para uma sociedade pós-industrial, encontra-se Daniel Bell, que defendia a tese do conhecimento como fonte de valor e de crescimento. Sobre uma síntese das novas teorias sobre o mundo contemporâneo, ver Kumar (1997).

Na contramão das teses europeias dos anos 1980, a América Latina experimentava um vigor dos estudos do trabalho, renovando os olhares e objetos à medida que a realidade marcada pela internacionalização da economia se transformava e seus objetos se complexificavam ainda mais, no sentido de que se tornam mais diversos, mais heterogêneos, e que por isso exigem multiplicidade de olhares³.

Esse debate desafiou a Sociologia do Trabalho a discutir o conceito de trabalho, as formas de trabalho e diferentes modalidades de emprego e de outros meios de obtenção de renda, os sentidos e as transformações econômicas, políticas, culturais, jurídicas que impactaram trabalho e trabalhadores, a ação coletiva e o sindicalismo. Nesse compasso, o campo passou a se debruçar sobre novos temas e sobre as (re)configurações do trabalho contemporâneo, como sintetizados a seguir.

As transformações no trabalho e o trabalho reconfigurado

As crises econômicas a partir dos anos 1970 inauguraram um conjunto de transformações marcando a passagem de um regime de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993). Favorecidas pela revolução informacional e políticas neoliberais, as empresas promoveram uma reestruturação produtiva que vai alterar de modo profundo o trabalho.

Naquele contexto dos anos 1990, proliferaram no Brasil os estudos sobre tais mudanças nos mais diversos setores da economia, como o industrial, o de serviços e o financeiro (entre outros, GUIMARÃES, 2006; LEITE, 1994; SALERNO, 1991).

Já nos anos 2000, as pesquisas se orientam para compreensão das novas configurações do trabalho e do emprego, as mudanças no mercado de

3 Expressão disso também foi a própria institucionalização de duas importantes comunidades científicas, cujo “trabalho” se constitui em objeto central: a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), fundada em 1989, congregando pesquisadores de diferentes saberes disciplinares, afirmando o seu caráter interdisciplinar. E quatro anos depois, em 1993, a fundação da Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST), que inicialmente fora concebida como uma sociedade de estudos da “Sociologia do Trabalho”, mas em 2011 alterou o seu nome para Associação Latino Americana de Estudos do Trabalho. Essa alteração em sua denominação se deveu, a nosso ver, a uma visão epistemológica de que o objeto “Trabalho”, dado a complexidade que se amplia ao sabor das transformações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais vivenciadas, sobretudo, desde o último quartel do século XX, demanda estudos pelos diferentes saberes disciplinares e perspectivas teóricas e abordagens.

trabalho, na regulamentação do trabalho e nas formas de contratação fundadas no novo paradigma da flexibilidade no e do trabalho (KREIN, 2001; 2013a; 2013b), a velha e a nova informalidade (LIMA, 2009; VERAS DE OLIVEIRA; TARGINO; GOMES, 2011), as relações entre a flexibilização e a precarização do trabalho (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2009) e os efeitos de tais processos (ALVES, 2000; BRAGA; ANTUNES, 2009; ANTUNES, 2013).

As análises dos modos pelos quais o trabalho é reconfigurado nos contextos local e global estão presentes em Leite e Araújo (2009), que apresentam um conjunto de pesquisas empíricas sobre diferentes setores do Brasil e de países latino-americanos. As configurações e reconfigurações do trabalho também são objeto de um estudo organizado por Antunes (2006), que traz diversos estudos sobre os diferentes setores econômicos: bancário, automobilístico, de confecções, artístico, informacional, dentre outros, condensando, assim, as formas diferenciadas da reestruturação do capital no âmbito do trabalho. Nestas obras, o tema do sindicalismo também é abordado, discutindo as dinâmicas da ação coletiva e os desafios que se apresentam aos sindicatos no Brasil.

Os resultados e as consequências das mudanças no tecido produtivo são amplamente investigados nos estudos sobre as novas formas de gestão, os processos de intensificação do trabalho e precarização do trabalho. As formas de trabalho precárias, o fenômeno da precarização do trabalho que também se globaliza, na medida em que se estende para as economias centrais, e a viragem semântica dos conceitos de “informalidade” para as noções de “empreendedorismo” ou “trabalho flexível” são discutidas Lima (2009).

Tanto na literatura estrangeira quanto no Brasil, há um consenso sobre as transformações no tecido produtivo nos diferentes setores da economia e as consequências para os trabalhadores e suas organizações de representação. Essas transformações foram ocasionadas em grande medida pela busca das corporações e de seus agentes pela racionalização do trabalho e pela redução dos custos do trabalho. As empresas se orientaram para a produção enxuta e flexível (BRIDI, 2009), que, conseqüentemente, implica em enormes contingentes de trabalho subcontratado e terceirizado. A relação dessas modalidades com a precariedade do trabalho é assinalada nos estudos de Druck e Borges (1993); Druck e Franco (2009); Biavaschi (2013) e Marcelino (2008). Na mesma direção, Motta, Rodrigues e Conceição (2009) reúnem diversos

artigos analisando o processo de terceirização tanto no setor público quanto privado, além dos discursos em torno do tema.

O tema da economia solidária (GAIGER, 2003; CATTANI, 2003) e de outras formas de organização dos trabalhadores para obtenção de trabalho e renda resultou em um crescimento substantivo dos estudos sobre as cooperativas de produção (LIMA, 2004; 2007), fábricas recuperadas (PIRES, 2016), além de outras experiências sociais, como clubes de troca e bancos comunitários.

Essa produção indica claramente que a Sociologia do Trabalho ampliou de modo substantivo o leque de setores analisados para além da indústria, dando atenção aos processos de privatização de empresas e suas consequências para os trabalhadores, as dinâmicas do emprego, da informalidade e das práticas cada vez mais ampliadas da terceirização, de subcontratação, da organização das empresas em rede, característicos de um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993).

Formas de ação coletiva

O debate acerca do que seria a crise terminal do trabalho também influenciou nas análises sobre o sindicalismo e suas formas de ação. Da produção teórica sobre o tema, destacaram-se duas vertentes antagônicas: uma que apontava para o seu declínio inexorável e outra que apresentava a crise como transição, no sentido de mudança não fundamentalmente das instituições de representação dos trabalhadores, mas de um modelo histórico, isto é, aquele de uma conformação fordista ou de alguns elementos organizativos dos sindicatos (SANTANA; RAMALHO, 2003; BRIDI, 2009).

No Brasil, na esteira das discussões europeias, Rodrigues (1999) sinaliza para o que seria a crise terminal do sindicalismo, tomando como base a avaliação de indicadores de taxas de filiação e número de greves, por exemplo. A contestação sobre as teses analíticas de um suposto fim do sindicalismo, no caso brasileiro, foi enfrentada por Cardoso (1999; 2003), que apresentou os limites de tais teses fundadas em taxas de filiação e número de greves.

O contexto neoliberal e as remodelações das empresas trouxeram, no entanto, dilemas e novos desafios de diversas ordens para o sindicalismo, analisados por Rodrigues (1999) e Santana e Ramalho (2003). Entre os dilemas investigados estão os problemas ligados às elevadas taxas de desemprego no setor industrial, cujas categorias são tradicionalmente mais

propícias à ação sindical; às transformações na estrutura do mercado de trabalho, tanto pelo crescimento do setor de serviços quanto pelo crescimento de formas “atípicas” de contratação (formas de trabalho não reguladas, informais, cooperativadas, “pejotizadas”, entre outras); à burocratização excessiva dos sindicatos; à formatação das estruturas sindicais do país; às inovações nas formas de gestão e as consequentes tentativas de cooptação dos empregados e das estratégias que pulverizam e dividem os trabalhadores.

Nos anos 2000, a investigação sobre os paradoxos e perspectivas dos sindicatos no Brasil foi marcada pela ação destas entidades sob o cenário constituído pelo governo Lula. Neste sentido, Oliveira, Bridi e Ferraz (2014) enfeixam um conjunto de estudos, a partir de diferentes olhares, que analisam as dinâmicas das lutas dos trabalhadores no período Lula, seus contornos e ambivalências, o mercado do trabalho, o balanço das negociações coletivas e outras ações, a partir de diversas categorias. É importante ainda destacar os estudos sobre o perfil das centrais sindicais brasileiras (GALVÃO; TRÓPIA, 2014).

Novos temas e percursos

Concebendo novos temas e objetos, como também promovendo novos recortes que permitem a compreensão dos atuais contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, a Sociologia do Trabalho do século XXI vem produzindo uma bibliografia substantiva. A diversidade dos temas tratados está expressa nos diversos eventos científicos do campo de investigação, tais como os eventos da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), assim como os grupos de trabalho existentes na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Nacional de Pesquisa na Pós-Graduação (ANPOCS), que se mantêm, de forma já bastante longa, como espaços de discussão qualificada das pesquisas deste campo

Dentre os “novos” objetos, destacam-se, entre outros, os estudos sobre novas ocupações, mercados de trabalho e configurações do trabalho no setor de tecnologia da informação (BRIDI; LIMA, 2017); as discussões em torno do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo (MIGUEZ, 2017), dos trabalhos com cuidado (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011) e do trabalho nas artes (SEGNINI, 2009).

O caráter de “novo”, contudo, não significa necessariamente algo inédito no mundo do trabalho, mas enquanto objeto de análise em sua relação com o trabalho, enquanto categoria que remete ao “ganhar a vida”, à obtenção de renda, de salário. Os estudos do trabalho são também perpassados por problemas relacionados ao desenvolvimento recente da ciência e dos processos socioeconômicos atuais, como, por exemplo, trabalho e a categoria do risco, trabalho e violência. A temática da imigração e das dinâmicas demográficas (PERALVA; TELLES, 2015) reemerge com certa robustez, e, no caso do Brasil, relacionada ao crescimento econômico do país no período Lula/Dilma (2004/2014), que, entre outras razões, atraíram significativos contingentes de trabalhadores de outros países, sobretudo, latino-americanos.

Essa diversidade de temas (e ou eixos) demonstra o vigor da Sociologia do Trabalho em sua dinâmica, muito marcada pela preocupação em analisar as mudanças e as permanências no cenário do capitalismo contemporâneo. Revela também a plasticidade de um campo de investigação que, ao mesmo tempo em que lança novos olhares para aqueles temas clássicos encerrados no trabalho industrial e urbano e suas organizações sindicais, está atento para as novas ocupações, novos setores e novas questões.

Se, por um lado, como observam alguns pesquisadores, tem havido uma menor presença de estudos sobre temas já clássicos, como o sindicalismo, por exemplo, uma temática palpitante no Brasil nos anos 1980/1990, por outro, é notável a ampliação da diversidade de novas questões e temas sobre o trabalho, refletindo, a nosso ver, um conceito alargado do trabalho e de suas variadas formas.

Esses objetos ganham outros contornos e outras intersecções e dimensões, próprios de uma Sociologia atenta às realidades dos trabalhadores, às mudanças nas estruturas ocupacionais, aos contextos de crises do capitalismo, às diferentes formas de desigualdades que se inter cruzam em variáveis de gênero, raça e etnia. Hirata (2009) e Mazzei (2009), por exemplo, atentas para a temática da feminização crescente da força de trabalho, destacam que a “velha” divisão sexual do trabalho permanece, ainda que as mulheres tenham realizado conquistas importantes no âmbito do trabalho e dos direitos do trabalho.

Por sua vez, a busca histórica, articulando a desigualdade social perene com a construção da própria sociedade de trabalho em nosso país, como a de Cardoso (2010), abre veias instigantes de pesquisa e reflexão.

Ao lado de novas questões, olhares e abordagens, o tema do desenvolvimento, que esteve fortemente presente no início da Sociologia do Trabalho no Brasil e que naquele contexto encontrava-se muito ligado à Sociologia do Desenvolvimento, retorna em vista das possibilidades abertas na América Latina e no Brasil no período recente, quando sob os governos do Partido dos Trabalhadores (2004-2014). O tema do desenvolvimento, que se apresentava central na Sociologia desde a primeira metade do século XX, no contexto de modernização, ganha centralidade na agenda de pesquisa de estudos de Oliveira e Ramalho (2013), em particular no tocante às articulações entre os problemas relacionados ao trabalho, tais como, a reestruturação produtiva das empresas, os chamados greenfields etc., e as questões ligadas ao território, em particular, as desigualdades regionais (OLIVEIRA; SANTANA, 2013).

Se, no período recente, anos 2004-2014, suscitaram inúmeros estudos decorrentes da nova agenda econômica, cunhada de neodesenvolvimentista, provocando o debate sobre as mudanças no trabalho, na estrutura ocupacional brasileira, no crescimento regional e nos conflitos decorrentes, é fato que a crise que se instalou no país a partir de 2015, resultado do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e das dinâmicas econômicas que se estabeleceram a partir daí, sinaliza para uma nova agenda de pesquisas no âmbito dos estudos sobre o trabalho.

Como dissemos anteriormente neste artigo, a Sociologia do Trabalho como uma ciência atenta ao seu tempo, no caso do Brasil, experimentou, ao menos até o ano de 2014, o crescimento de investigações em torno da agenda do trabalho e desenvolvimento, bem como das políticas públicas de trabalho e renda no período Lula/Dilma. Após o impeachment de Dilma Rousseff, a agenda do desenvolvimento econômico e social que seguia por um caminho se alterou substancialmente, sofrendo uma guinada recessiva do ponto de vista econômico e dos direitos do trabalho.

Sob o discurso da superação da crise econômica e criação de empregos, re-emergiram com força as bandeiras neoliberais e os ataques aos direitos dos trabalhadores. Esse contexto, com novos atores de velhas políticas, sinaliza para uma nova agenda de pesquisa em torno das crises e seus efeitos sobre o trabalho e trabalhadores. Tratam-se das crises do desemprego, do Direito do Trabalho, da Previdência, da desigualdade.

A incerteza provocada pelas várias reformas em curso, isto é, a trabalhista, a previdenciária e a regulamentação da terceirização – esta última apro-

vada em março de 2017 pelo Congresso Nacional e que permite o avanço da terceirização sobre todas as atividades e não mais apenas aquelas atividades meios –, implicará em estudos sobre os seus efeitos para os trabalhadores do setor público e privado. O movimento sindical, por sua vez, também enfrentará enormes desafios que não apenas o de manter suas bases, mas também para fazer avançar a organização e os direitos. Somado aos problemas da transição, está o desemprego, cujos efeitos são altamente regressivos para os trabalhadores, na medida em que seu poder de barganha se reduz drasticamente. Embora o tema da crise do trabalho, dos movimentos de trabalhadores nunca tenha saído de cena efetivamente, nos parece que ganhará nova centralidade nos estudos da Sociologia do Trabalho, matizadas pelas rupturas em curso.

Desafios contemporâneos

As transformações no mundo do trabalho que envolveram os processos de reestruturação produtiva, das reconfigurações do trabalho como já assinaladas no início deste artigo, as pesquisas empíricas e reflexões teóricas sobre o trabalho e trabalhadores sinalizavam para a necessidade de abordagens capazes de captar as situações híbridas no trabalho, para a coexistência do “velho” e do “novo”, do “moderno” e do “tradicional”, do “formal” e do “informal”, do “local” e do “global” ao mesmo tempo e em um mesmo espaço. Tais transformações desafiaram os investigadores do trabalho a analisar os processos de precarização do trabalho e de precariedade provocados pelas mudanças nos tecidos produtivos para diferentes categorias de trabalhadores e setores da economia, cada vez mais marcada pela flexibilidade de processos e de contratos de trabalho. Essas e outras questões, muitas delas assinaladas no artigo, somam-se ao tema da crise que nos parece que retorna com intensidade.

Trata-se de um conjunto de questões que aproximou a Sociologia do Trabalho brasileira daquela praticada em outros países, cujo eixo investigativo também tem sido as múltiplas interconexões entre a crise do emprego, o recrudescimento do processo de terceirização e seus impactos sobre o movimento sindical. Em outras palavras, a crise da globalização inaugurada em 2008 proporcionou uma aproximação das diferentes agendas nacionais da Sociologia do Trabalho ao redor do encontro entre a neolib-

ralização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho.

Paralelamente, é possível verificar um aumento de interesse por parte dos pesquisadores pelo ciclo atual de intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta. Antes de tudo, trata-se de uma tendência oposta ao declínio verificado entre meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000: de fato, comparações internacionais de longo prazo têm revelado que, a partir de meados dos anos 2000, os protestos ligados ao mundo do trabalho aceleraram seu ritmo, reconciliando-se com a onda da segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990. Os protestos voltaram a acelerar após o início da crise da globalização, alcançando um pico entre os anos 2011 e 2015 (ver NOWAK; GALLAS, 2014).

Para Marcel van der Linden (2016), a principal característica do atual ciclo é que a maioria esmagadora dos protestos trabalhistas constantes da base de dados do Instituto de Estudos Avançados do Trabalho de Amsterdã (Aias) tem endereçado suas queixas aos governos, exigindo que o Estado nacional, em vez de cuidar dos interesses dos grandes bancos e setores empresariais, desenvolva políticas econômicas e sociais alinhadas aos interesses da maioria dos cidadãos.

Com frequência, os protestos atuais gravitam em torno da oposição à onda de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, traduzida em termos de eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, cortes salariais, aumentos de impostos sobre a circulação de bens e serviços básicos, ataques à previdência social, reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho. Trata-se de um conjunto de questões que tende a desafiar cada dia mais a Sociologia do Trabalho brasileira. Além disso, tem se tornado cada vez mais usual a associação dessa agenda à crítica da influência desmedida do poder das finanças e das grandes corporações sobre as decisões tomadas pelos governos nacionais – outra questão claramente identificada com a atual crise política e econômica nacional.

Em suma, o enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos nas empresas tem estimulado uma reorientação dos protestos trabalhistas rumo à interpelação dos governos. Nesse sentido, é possível prever que a pressão das bases, isto é, aquela exercida por meio de formas de ação alternativas ao burocratismo trabalhista, deverá representar uma dimensão cada dia mais importante na reinvenção do sindicalismo. A fim de inter-

pretar os limites e os alcances desse desafio, a Sociologia do Trabalho internacional deslocou seu foco das estratégias sindicais burocráticas balizadas exclusivamente pelo Estado nação para as mudanças na ação coletiva das forças sociais do trabalho em um contexto marcadamente globalizado (ver, por exemplo, EVANS, 2014; 2010; 2008; BIELER; LINDBERG, 2010; AGARWALA, 2013).

Decorre daí a ênfase nos novos parâmetros da organização do trabalho e nos repertórios emergentes de mobilização capazes de esboçar, conforme a expressão consagrada nos estudos internacionais, um “contramovimento polanyiano” à privatização, à mercantilização e à liberalização do trabalho. No entanto, e este é um traço saliente dessa sociologia, ao contrário do que ocorreu logo após o sucesso das manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 30 de novembro de 1999 – quando alguns estudiosos do trabalho passaram a destacar a arena global, em detrimento do contexto nacional, como prioritária para apreender a renovação das dinâmicas da ação coletiva do trabalho –, a Sociologia do Trabalho atual enfatiza a centralidade da relação entre os contextos global e nacional, a fim de compreender as questões emergentes do trabalho na globalização (ver BURAWOY, 2010).

Em certa medida, a etapa contemporânea da Sociologia do Trabalho precisou acertar contas com o entusiasmo que se acendeu entre os pesquisadores com o advento do Fórum Social Mundial (FSM), cuja primeira edição foi realizada em Porto Alegre, em 2001. Na realidade, o fascínio despertado entre os estudiosos do movimento operário pelo livro de Polanyi, *A grande transformação*, deve ser interpretado a partir das afinidades eletivas existentes entre, de um lado, os alcances e os limites heurísticos do pensamento do autor e, de outro, a conjuntura política inaugurada em 2001 na cidade de Porto Alegre (ver SEOANE; TADDEI, 2002).

De Seattle a Porto Alegre, contramovimentos espontâneos estariam emergindo pragmaticamente na esteira da nova onda de mercantilização trazida pela globalização. Assim, somados, o aumento da femininização da força de trabalho, as diferentes formas de flexibilização e o aumento da informalidade verificados em escala global serviriam para aproximar objetivamente os interesses dos trabalhadores do Norte e do Sul globalizados, possibilitando uma retomada do processo de internacionalização das práticas solidárias. Trata-se de um diagnóstico que não apenas afirmou a existência do contra-

movimento à mercantilização como, em acréscimo, associou-o à tradição internacionalista do movimento operário.

Apesar da fragilidade dos indícios empíricos atestando o surgimento desse contramovimento, o argumento atualmente predominante na Sociologia do Trabalho é o de que as próprias contradições do desenvolvimento capitalista produzirão, mais cedo ou mais tarde, as bases para a internacionalização política da classe operária. E, com a retomada das mobilizações dos trabalhadores, o movimento sindical irá progressivamente recuperar seu protagonismo no interior do contramovimento do século XXI. No entanto, a frequência com que a experiência do FSM é citada pela literatura como exemplo bem-sucedido de contramovimento em escala global já indica a fragilidade dessa conjectura.

Daí advém a importância dos novos movimentos sociais protagonizados por jovens trabalhadores desempregados – ou subempregados – impulsionados pelo conflito entre regulação política e acumulação econômica e promovidos, sobretudo, pelo aprofundamento da mercantilização do trabalho (ver OLIVEIRA, 2005). De fato, o desenvolvimento desse processo tem se mostrado tanto uma fonte de precarização da condição proletária como de estímulo ao surgimento de contramovimentos sociais em escala nacional, aumentando o apetite dos sociólogos do trabalho por este setor. Nesses termos, é possível identificar, além de um decidido investimento da Sociologia do Trabalho na análise dos novos repertórios mobilizados pelas forças sociais do trabalho, no sentido de resistir à desconstrução das formas tradicionais de solidariedade fordista, um interesse crescente pelas novas forças sociais que eclodem do processo de precarização do trabalho.

Inegavelmente, a dialética da mercantilização do trabalho transformou-se em um grande objeto investigativo. Afinal, como argumentamos anteriormente neste artigo, a financeirização da economia promoveu o fechamento de fábricas e a redução do número de empregos qualificados, empurrando os jovens rumo a ocupações desprotegidas, ao mesmo tempo em que acelerou a ampliação de uma força de trabalho sub-remunerada e insegura. Assim, as novas forças sociais, em especial os jovens trabalhadores precários, têm tensionado a regulação burocrática criada pelos Estados nacionais e pelo sindicalismo tradicional para absorver os antagonismos classistas nos limites da cidadania salarial, multiplicando conflitos insolúveis no interior do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado.

O recrudescimento da precarização do trabalho em escala global tem sido acompanhado por uma violência crescente, cujo sentido consiste em assegurar a reprodução ampliada da exploração econômica e da espoliação social. A exemplo da Sociologia do Trabalho internacional, entendemos que, com a ajuda da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, articulada à teoria da acumulação por espoliação, a Sociologia do Trabalho brasileira deve avançar no sentido de ligar o local e o global, conectando as diferentes forças externas atuantes na globalização neoliberal. Assim, o conjunto heteróclito de processos econômicos e políticos diretamente influenciados pela crise econômica iniciada em 2008 pode ser associado aos processos internos que plasmam a experiência coletiva dos trabalhadores brasileiros (ver BRASS, 2011).

Tudo isso nos traz de volta ao problema de como interpretar a relação entre o ativismo dos trabalhadores precários e a regulação neoliberal. Entre as análises que mais se destacaram recentemente sobre este tema, encontramos a do sociólogo inglês Guy Standing (2014). Em suas análises, ele tem insistido que o “precariado” não faz parte da classe trabalhadora e, consequentemente, seus padrões de ação coletiva divergiriam das formas tradicionais de mobilização trabalhista, alimentando um comportamento hostil dos jovens precários em relação aos sindicatos. Aos olhos do precariado, os sindicatos apenas seriam capazes de reproduzir uma política corporativista distante de suas necessidades.

Sem nos deter pormenorizadamente na fragilidade da caracterização do “precariado” como uma nova classe social, é possível dizer, de modo sumário, que, em vez do surgimento de uma relação social de produção de novo tipo, o aumento dos trabalhadores precários representa, antes de mais nada, um retrocesso civilizacional potencializado pelo longo período de acumulação desacelerada que se arrasta desde, pelo menos, meados dos anos 1970, e cujos desdobramentos em termos da deterioração do padrão de vida dos trabalhadores e assalariados médios tornaram-se mais salientes com a crise da globalização (ver WRIGHT, 2015).

No entanto, Standing tem razão em destacar a trajetória ocupacional dos grupos mais jovens e precários do mercado de trabalho, trajetória esta frustrante e apartada daquela relativamente mais estável vivida pelas gerações anteriores, como uma das características mais salientes do estado de inquietação social que os atinge. Evidentemente, algum tipo de ressentimento em

relação aos sindicatos pode florescer nesse meio social. Trata-se de um diagnóstico parcialmente correto, mas que acaba subestimando a capacidade de auto-organização dos setores mais precários da classe trabalhadora, além de obnubilar uma visão totalizante das formas de representação política associadas a seus interesses coletivos.

A análise da relação entre a experiência política de trabalhadores precários, especialmente, os mais jovens, e as dinâmicas recentes do sindicalismo pode ser útil na tentativa de esboçar respostas a essas questões. De fato, os problemas levantados por Standing definem um conjunto decisivo de questões para a análise da ação coletiva dos subalternos no capitalismo contemporâneo. Além disso, ao apresentar a questão da natureza política da relação entre o sindicalismo e os jovens trabalhadores precários, o sociólogo britânico apontou para a transformação dos compromissos elaborados entre os trabalhadores e o Estado neoliberal.

Trata-se de uma agenda central para a Sociologia do Trabalho brasileira e que deve seduzir um número crescente de investigadores nos próximos anos, demonstrando uma vez mais que a Sociologia do Trabalho permanece um campo investigativo atento às transformações do mundo social. Novos temas, temas emergentes e outras questões, como observados nas pesquisas do trabalho, se devem também a um conceito ampliado de trabalho e de novos e renovados olhares sobre velhos problemas.

Considerações finais

Como buscamos demonstrar ao longo do artigo, o campo da Sociologia do Trabalho no Brasil mostra-se bastante estruturado, lançando mão de pesquisas empíricas lastreadas por métodos qualitativos e quantitativos, orientadas por reflexões e debates teóricos, nucleada por grupos de pesquisa que se estendem por todo país e que mantêm redes nacionais e internacionais de circulação e intercâmbio, e que, embora tenha questões, focos, temas e teorias vertebradoras, de forma constante e regular, acompanhando as demandas da realidade concreta, não se furta de se abrir à incorporação de temas, questões e enfoques, se tornando assim um campo sempre revigorado que não se configura como de caminho único, mas de um campo plural e diverso, com posições em disputa e que escapa das visões polares.

No conjunto das investigações que vêm sendo realizadas ainda se observa uma mescla de temas tradicionais ou “velhos” temas e questões, vertebradores do campo, com aquelas “novas” ou que se redimensionaram no presente.

O campo tem servido também de antena para captação de processos de mudança social e seus impactos sobre os atores sociais. Neste sentido, as pesquisas têm sido sensíveis aos ambientes nos quais se praticam e aos seus cenários e contextos de realização.

Assim, como sinalizamos para os desafios que já têm sido enfrentados pela Sociologia do Trabalho internacional e que têm a ver com a crise e as políticas de austeridade que varrem o globo, é preciso sinalizar para um possível novo contexto de mudanças no mundo do trabalho e de sua regulação, que, por óbvio, terão impactos na Sociologia do Trabalho brasileira.

As políticas de austeridade que vêm se tentando implantar no Brasil a partir de um conjunto de reformas propostas pelo governo de Michel Temer – a saber a adoção da PEC 55/2016, pautada por uma política econômica recessiva e austera, seguida, em 2017, pela aprovação da terceirização irrestrita e das reformas trabalhista e previdenciária – sinalizam para uma nova agenda de pesquisa que terá como desafio analisar os desdobramentos da atual crise econômica e política brasileira para a classe trabalhadora e suas instituições de representação.

Referências

- ABRAMO, Laís; MONTERO, Cecília. (1995), A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos. BIB, n. 40, pp. 65-83.
- AGARWALA, Rina. (2013), Informal Labor, Formal Politics, and Dignified Discontent in India. 1. ed. Cambridge: Cambridge University.
- ALVES, Giovanni. (2000), O novo (e precário) mundo do trabalho e reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- AMORIM, Henrique. (2009), Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- ANTUNES, Ricardo. (1999), *Os sentidos do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo. (2006), Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo. (2013), *O continente do labor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). (2009), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

BIAVASCHI, Magda Barros. (2013), O capitalismo contemporâneo e as novas formas de contratação da força de trabalho: a terceirização. In: KREIN, José Dari; CARDOSO Jr., José Celso; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marian O.; (org.). *Regulação do trabalho e instituições públicas*, vol.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. pp. 127-145.

BIELER, Andreas; LINDBERG, Ingmar. (2010), *Global Restructuring, Labour and the Challenges for Transnational Solidarity*. 1. ed. London: Routledge.

BRAGA, Ruy. (2009), A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo. pp. 59-88.

BRASS, Tom. (2011), *Labour Regime Change in the Twenty-First Century: Unfreedom, Capitalism and Primitive Accumulation*. 1. ed. Leiden: Brill.

BRIDI, Maria Aparecida. (2009), Trabalhadores dos anos 2000. O sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração. São Paulo: LTR.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega. (2017), O trabalho na indústria de software: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. *Caderno CRH*, n. 73, pp. 199-213.

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob. (2017), *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora da UFPR. (no prelo).

BURAWOY, Michael Burawoy. (2010), From Polanyi to Pollyanna: the false optimism of global labor studies. *Global Labour Studies*, v. 1, n. 2, pp. 301-313.

CARDOSO, Adalberto Moreira. (2010), *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV.

CARDOSO, Adalberto Moreira. (1999), *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CARDOSO, Adalberto. (2003), *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

CATTANI, Antônio (Org.). (2003), *A outra economia*. 1. ed. Porto Alegre: Veraz.

DRUCK, Graça; BORGES, (1993), Ângela. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, n. 19, pp. 22-45.

DRUCK, Maria da Graça. ; FRANCO, Tania. . (2009), Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. (Org.). *Retratos do Trabalho no Brasil*, v. 1. 1. ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia - Edufu. pp. 225-254.

EVANS, Peter. (2008), Is an alternative globalization possible? Politics & Society, v. 36, n. 2, pp. 311-346.

EVANS, Peter. (2010), Is it labor's turn to globalize? Twenty-First Century opportunities and strategic responses. *Global Labour Journal*, v. 1, n. 3, pp. 352-379.

EVANS, Peter. (2014), National movements and transnational connections: global labor's evolving architecture under neoliberalism. *Global Labour Journal*, v. 5, n. 3, pp. 245-270.

GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia. (2014), A CSP-Conlutas em perspectiva. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço. pp. 135-152.

GEIGER, Inácio. (2003), A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, v. 16, n. 39, pp. 181-211. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/>. Acesso em 23 jun. 2017.

GORZ. Andre. (1982), *Adeus ao proletariado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GUIMARÃES, Nadia Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (2011), "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil". *Sociologia & Antropologia*, n. 1, pp. 151-80.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. (2006), *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. 1. ed. São Paulo: Editora 34.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (2009), *Trabalho flexível, empregos precários: uma comparação Brasil, França, Japão*. 1. ed. São Paulo: Unesp.

HABERMAS, Jürgen. (1987), A nova intransparência; a crise do Estado de Bem Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, pp. 103-114.

HARVEY, David. (1993), *Condição pós-moderna*. 1. ed. São Paulo: Loyola.

HIRATA, Helena. (2009), A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, n. 21, pp. 239-261.

IANNI, Otávio. (1994), O Mundo do Trabalho. *Revista Perspectiva*, v. 8, n. 1, pp. 33-54.

KREIN, Dari. (2001), *O Aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

KREIN, Dari. (2013a), As formas de contratação flexível no Brasil. In: KREIN, Dari. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo: LTr.

KREIN, Dari. (2013b), O mercado de trabalho e o padrão de regulação do trabalho no Brasil. In: KREIN, Dari. *livro. As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo: LTr.

KUMAR, Krishan. (1997), *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

LEITE, Marcia de Paula. (1994), *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. 1. ed. São Paulo: Scritta.

LEITE, Márcia de Paula. (2003), *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela. (2009), *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp.

LIMA, Jacob Carlos (org.). (2009), *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

LIMA, Jacob Carlos. (2004), *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem.

LIMA, Jacob. (2007), O trabalho em cooperativas. Dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tania. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo. pp. 45-71.

LINDEN, Marcel van der. (2016), Global Labour: A Not-so-grand Finale and Perhaps a New Beginning. *Global Labour Journal*, v. 7, n. 2, pp. 201-210.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. (2008), *Terceirização e Ação Sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

MAZZEI, Cláudia. (2009), As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (org.). *Info-proletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo. pp. 135-156.

MIGUEZ, Pablo. (2017), O trabalho e as novas tecnologias: uma abordagem do trabalho informático segundo as teses do Capitalismo Cognitivo. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob (Org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação*. Curitiba: Editora da UFPR. (no prelo).

MOTTA, Denise; RODRIGUES, Iram Jacomé; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (org.). (2009), *Terceirização no Brasil: Do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)*. 1. ed. São Paulo: Annablume; CUT.

NOWAK, Jörg; GALLAS, Alexander. (2014), Mass Strikes against austerity in Western Europe: a strategic assessment. *Global Labour Journal*, v. 5, n. 3, pp. 201-216.

OFFE, Claus. (1986), *O capitalismo desorganizado*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, Francisco. (2005), Quem canta de novo L'Internationale? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 235-268.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (2014), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (2011), *Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo. (2013), A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, pp. 88-102.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; SANTANA, Marco Aurélio. (2013), *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB.

PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. (2015), *Ilegalismos na globalização*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da URFJ.

PIRES, Aline Soares. (2016), *As fábricas recuperadas no Brasil*. O desafio da autogestão. 1. ed. São Carlos: EDUFCar.

RODRIGUES, Iram. (1999), *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. 1. ed. Petrópolis: Vozes.

RODRIGUES, Leôncio. (1999), *Destino do sindicalismo*. 1. ed. São Paulo: Edusp.

SALERNO, Mario S. (1991), *Flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. São Paulo: Escola Politécnica-Universidade de São Paulo.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Org.). (2003), *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

SEGNINI, Liliana. (2009), Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela (org.). *O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Annablume.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. (2002), From Seattle to Porto Alegre: The Anti-Neoliberal Globalization Movement. *Current Sociology*, v. 50, n. 1, pp. 345-358.

STANDING, Guy. (2014), *A Precariat Charter: From Denizens to Citizens*. 1. ed. London: Bloomsbury.

TOURAINE, Alain. (1998), *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

WRIGHT, Erik Olin. (2015), *Understanding Class*. 1. ed. New York: Verso.